

**FEMINISMOS EM DISPUTA: A UNIÃO DAS MULHERES CEARENSES  
(1979-1985).**

Sarah Pinho da Silva  
Mestranda em História Social na Universidade Federal do Ceará<sup>1</sup>  
E-mail: sarah.silva@aluno.uece.br

**Resumo**

A União das Mulheres Cearenses (UMC) foi uma organização fundada, em 1979, no Ceará, após o fim do Movimento Feminino pela Anistia. Nesta pesquisa, objetivamos apresentar as disputas que surgiram em torno dessa instituição, mas que não foi especificidade dela, pois os feminismos de Segunda Onda, que ressurgiram no Brasil, na década de 1970, experienciaram esses campos de disputa, os quais foram marcados por diálogo, mas também, por processos de rompimento em alguns dos coletivos feministas, que se formavam no período. Compreendemos, então, que a dialogicidade exercida pela UMC, na qual a instituição buscou promover o debate em torno dos eixos: violência contra a mulher e o combate à ditadura militar, aliando pautas gerais a pautas específicas, de algum modo, permitiu a ampliação das discussões, em contrapartida, criou, também, insatisfações em parte de suas integrantes, que enxergavam, nesse alinhamento, a criação de hierarquias em relação às pautas, fazendo com que o combate à ditadura militar se sobrepusesse às demandas feministas. As disputas, todavia, criaram um cenário que permitiu que outras instituições se originassem a partir desses campos em disputa.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar. Feminismos em disputa. União das Mulheres Cearenses.

A União das Mulheres Cearenses (UMC) foi uma organização fundada, em 1979, após o processo de anistia. Com o fim do Movimento Feminino pela Anistia, várias mulheres decidiram permanecer organizadas, por conseguinte, a entidade foi pensada e construída a partir dessa demanda. Destacamos que a instituição surgira muito vinculada ao movimento de mulheres, que lutou pela anistia, portanto, parte das pautas de discussão estava entrelaçada às chamadas “pautas gerais<sup>2</sup>”. Observamos que a

---

<sup>1</sup> Agradeço a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FUNCAP pelo financiamento à pesquisa.

<sup>2</sup> As ditas pautas gerais estavam relacionadas ao combate a ditadura militar, mas também, pela luta de classes. Esses eram os principais objetivos das esquerdas nas décadas de 1970-1980, durante o regime militar.

formação desse grupo cearense não diferiu tanto em relação a outros coletivos feministas, que se formaram no mesmo período, levando-se em consideração a conjuntura da época, as pautas feministas dialogavam com as pautas gerais.

Assim sendo, a UMC buscou conciliar as demandas e, junto as questões mais gerais, inseriu discussões feministas, a principal delas, abordadas pela entidade, foi a questão da violência contra a mulher. Com altos índices de violência cometidos, no estado do Ceará, as mulheres, que integraram a UMC, elegeram como pauta central o combate à violência e realizaram diferentes campanhas, congressos e manifestações com o intuito de fomentar o debate acerca dessa questão. O diálogo e as discussões se iniciaram dentro da instituição, mas o intuito foi expandir, fazendo com que mulheres que não integravam o grupo, também, tivessem acesso ao tema abordado. Segundo Grace Vitorino (entrevista, 08 de março de 2019): “Líamos em algumas reuniões, discutíamos, produzíamos, e também, tinham textos, por exemplo, a cartilha ela foi distribuída, a cartilha contra a violência”.

Na narrativa de Grace Vitorino, podemos perceber que a questão da violência contra a mulher era fator crucial na pauta da entidade e que, também, existiu o esforço de disseminar as discussões que estavam sendo colocadas, fazendo com que diferentes mulheres pudessem acessar a cartilha e conhecer os diferentes tipos de violências, mas também, compreender os mecanismos que havia para se proteger das agressões. Percebemos que a UMC buscou expandir suas discussões, para além do âmbito da organização, e isso se configurou como uma tentativa de chegar a mais mulheres independentemente de participarem ou não da entidade. Compreendendo a ideia de rede, podemos pensar nas conexões que foram realizadas, a partir da divulgação desse material, mas também, de panfletos, a realização de reuniões, em diversos bairros de Fortaleza-CE, o contato com sindicatos, associações e outros movimentos sociais.

Essa investida, em conectar-se com diferentes mulheres, possibilitou a chegada da UMC a variados estratos sociais, o que ocasionou o avanço das discussões e o acesso a informações. A estratégia, adotada pela instituição, foi similar a de outros coletivos feministas, do período, visto que a aproximação com as demandas pontuadas pela esquerda permitiu uma articulação com os mais diferentes movimentos sociais e

colaborou na articulação da entidade com outros órgãos. A formação da UMC aconteceu desse processo de vínculo entre o Movimento Feminino pela Anistia e as demandas feministas que foram surgindo, numa mudança de engajamento, nas quais a razão para se organizar passou a ser outra, que não mais a anistia.

A investida da UMC na articulação entre pautas feministas e pautas gerais, no entanto, encontrou divergências e percalços no caminho, pois, consoante Silva:

Apesar dos discursos que reforçavam a importância das lutas específicas e gerais seguirem juntas, e das várias iniciativas de aproximação com as camadas populares e trabalhadoras, o feminismo continuou sendo entendido como um movimento exclusivo da classe média e intelectualizada, que dividiria a luta principal [...]. (2011, p.178).

De acordo com a citação, podemos perceber que as tentativas de agregar as diferentes lutas acabaram hierarquizando em certa medida, visto que as demandas feministas continuaram a ser consideradas como algo que poderia estar em segundo plano. Isso ocasionou divergência na esquerda, mas também, dentro do próprio movimento feminista, tendo em vista que muitas mulheres ficaram descontentes com a forma de se estruturar as demandas, em que as pautas feministas não tinham a mesma relevância. É necessário ressaltar que, naquele momento, a principal estratégia das esquerdas era combater a ditadura militar e fazer a luta de classes, o contexto de coerção estatal, perseguição policial, prisões, torturas e assassinatos, realizados pelo regime militar, fez com que esse nivelamento de pautas fosse encarado como necessário.

A esquerda abordou, talvez, com inexperiência e/ou irrelevância as emergências dos feminismos, pois, de acordo com Bastos: “para a esquerda tradicional, a revolução socialista colocaria um fim à submissão histórica à qual as mulheres estavam submetidas, sendo notória a ausência de qualquer preocupação com a temática por parte das organizações brasileiras”. (2007, p.15). Dessa forma, compreendemos que os partidos políticos, movimentos sociais e as esquerdas das décadas de 1970-1980 acreditavam que fazer a revolução e retirar os militares do poder daria conta de abranger as diferentes questões, inclusive, as relações desiguais de gênero. Todavia, isso não aconteceu e tão pouco aconteceria, caso as esquerdas tivessem triunfado nesse período.

As experiências com outras revoluções, tais como: Russa e Chinesa, mostram-nos que a submissão feminina não será resolvida pós-revolução. Segundo Goldman: “É possível que se crie total liberdade sexual para homens e mulheres sob condições de desemprego, discriminação e persistência de atitudes patriarcais”? (2014, p.10).

A afirmação da autora faz referência à Revolução Russa, mas podemos pensar em uma conjuntura mais global, na qual as conexões e diálogos das esquerdas aconteciam para além de um país, logo, não é estranho pensar que a experiência brasileira seria muito diferente da russa, nesse aspecto, visto que as discussões sobre gênero, ainda, eram muito rasas dentro desses movimentos e partidos políticos.

Talvez, essa tenha sido, também, uma das questões que colaborou para que a articulação entre pautas feministas e pautas gerais tenha acontecido de forma tão constante. Todavia, nesse artigo, vamos discutir até que ponto essa junção de pautas contribuiu e/ou prejudicou os feminismos cearenses, que surgiam, mas também, ocasionou disputas nos próprios feminismos.

### **“O que é um grupo feminista e o que é um grupo de mulheres”?: as disputas pelos feminismos.**

“Um grupo feminista é um grupo específico, as mulheres estão participando das outras lutas, se elas quiserem”... (Verônica Guedes, entrevista, 28 de agosto de 2018). Na fala de Verônica Guedes, podemos perceber que as divergências em relação à percepção sobre feminismos já era algo vigente e que muitas mulheres já reivindicavam os lugares de feminista e/ou divergiam de outras mulheres quanto à adoção do termo. O subtítulo desse artigo: o que é um grupo feminista e o que é um grupo de mulheres? é uma pergunta retórica, feita por Verônica Guedes, a qual nos dá uma ideia dos contrapontos que havia em relação às percepções sobre os feminismos de Segunda Onda, os quais as mulheres, que integravam as organizações, já buscavam fazer a diferenciação entre movimento feminista e movimento de mulheres.

Verônica Guedes foi uma integrante da União das Mulheres Cearenses, mas que, posteriormente, acabou deixando a organização e integrando outro grupo. A

narrativa dela, logo, dialoga com esse processo de saída da entidade para formação de outra organização, o 04 de janeiro, o qual fora fundado, em 1982, por ela e por Liliam (sobrenome). A criação desse novo grupo foi uma dissidência, isso foi recorrente, nesse período, não apenas nos grupos feministas, mas também, nas organizações de esquerda. Essas fissuras, ocorridas nos movimentos, davam-se no campo da disputa por um lugar mais hegemônico e de espaço, no qual as entidades buscavam se firmar. De acordo com Joana Pedro:

Lutar no Brasil pela “liberação das mulheres”, no campo da esquerda e em plena ditadura militar, não permitia que o feminismo brasileiro fosse semelhante ao projeto que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, de onde vinham os livros, as ideias, as propostas [...]. (2006, p. 269).

Na citação acima, percebemos que os feminismos brasileiros guardavam suas características específicas, assemelhando-se aos movimentos feministas do Cone Sul, levando-se em consideração que outros países da América Latina, também, estavam experienciando ditaduras militares. Essas especificidades corroboraram para que disputas internas surgissem, visto que a divergência em relação às pautas discutidas foram motivos de rompimentos.

Lutar pela “liberação feminina” no campo das esquerdas, enquanto organizações/partidos políticos, ou pelas próprias mulheres, dentro dos grupos feministas, guardava questões ímpares devido ao contexto ditatorial. Contudo, as divergências que foram surgindo se deram por conta do alinhamento das pautas mais gerais, que reivindicavam o combate à ditadura e, de certa forma, invisibilizava as questões feministas.

As disputas no campo feminista, no Ceará, iniciaram-se por conta de algumas mulheres discordarem do atrelamento de diferentes demandas feitas pela UMC, por exemplo, o diálogo com partidos políticos, muitas vezes, proporcionou descontentamento, visto que algumas pautas ganharam mais evidência que outras, nesse caso, as chamadas “pautas gerais” acabavam se sobrepondo às específicas do feminismo. De acordo com Verônica Guedes (entrevista, 28 de agosto de 2018): “a UMC ela não tratava de questões específicas, ela tratava da participação das mulheres”.

No depoimento de Verônica Guedes, observamos a insatisfação, em relação à prática adota pela União das Mulheres Cearenses, no tocante à condução das discussões mais específicas, em que a entidade foi vista por algumas mulheres, como um movimento de mulheres e não, necessariamente, um coletivo feminista, como, no caso mais específico, de Verônica Guedes, mas também houve outras participantes que romperam com a organização.

Essas disputas aconteceram devido à aproximação da UMC com partidos políticos, tais como: PC do B, posteriormente, Partido Revolucionário Operário. O envolvimento da União das Mulheres Cearenses com outras organizações ocasionou as fissuras dentro da própria entidade, visto que, muitas vezes, a UMC priorizou a discussão de questões mais gerais em detrimento das específicas. Ademais, as disputas políticas internas, também, foram outro fator que corroborou para o desligamento de alguns membros da instituição, posto que havia um grupo hegemônico na organização. Essas disputas internas aconteciam para além dos coletivos de mulheres e grupos feministas, mas na esquerda em geral, levando-se em consideração a contenda em busca da adesão de mais militantes para os grupos que se formavam dentro dos próprios movimentos.

Essas divergências experienciadas, pelos feminismos de Segunda Onda, são comuns até hoje, com o surgimento de novas discussões, que endossam críticas, mas também, novas vertentes dos feminismos contemporâneos, tais como: os transfeminismos e os feminismos negros. É provável que, na década de 1970-1980, as disputas tenham se iniciado por conta da tentativa de pensar uma interseccionalidade nos movimentos, mas ainda, sem muita discussão sobre o que isso representava, visto que muitas mulheres começaram a divergir por conta das pautas de discussão, por exemplo, abordar sexualidade ou aborto poderia ser considerado menos relevante por algumas em detrimento a opinião de outras. De acordo com Verônica Guedes (entrevista, 28 de agosto de 2018): “Porque do ponto de vista da mulher dar, eles adoravam, do sexo livre, das companheiras, não sei o quê. Agora discutir a sexualidade do nosso ponto de vista”.

No depoimento de Verônica Guedes, observamos que a sexualidade e o prazer, por exemplo, eram pautas levantadas pelas feministas dentro das organizações, visto que era uma das principais abordagens levantadas pelos feminismos de Segunda Onda, todavia, notamos que havia entraves quanto às formas de se discutir sobre essas demandas, principalmente, por parte de alguns setores da esquerda. A fala de Verônica Guedes faz referência à perspectiva masculina de se discutir sexualidade, que era diferente da adota pelas feministas. Mas, as disputas, em relação aos diálogos abordados, davam-se, também, entre as próprias integrantes dos movimentos. A abordagem da UMC em relação à violência contra a mulher, sendo a principal bandeira, evidencia o caráter de comprometimento da instituição com a luta de mulheres, mas, ao mesmo tempo, demonstra o distanciamento de outras demandas, também, significativas aos feminismos, isso fez com que algumas mulheres, que integravam a entidade, achassem insuficiente a interpelação feita pela organização.

Naquele período, de acordo com Grace Vitorino, para a UMC, a questão da violência e o combate à ditadura eram os pilares principais: “Era a violência e ainda a liberdade, porque a ditadura não tinha acabado plenamente, não estava mais da forma como era antes. Mas também, a liberdade, a violência, essas eram as grandes questões”. (VITORINO, entrevista, 08 de março de 2019). Nessa fala, percebemos quais eram os dois grandes fatores abordados, pela União das Mulheres, numa tentativa de aliar “pautas gerais” e “pautas específicas”, essa dialética da instituição ocasionou disputas internas na forma de perceber os feminismos de Segunda Onda. Ao mesmo tempo, a entidade foi responsável por fortalecer o discurso de combate à violência, ainda, segundo Vitorino (entrevista, 08 de março de 2019): “Nesse período, por exemplo, hoje, dia 08 de março, a cidade de Fortaleza sempre tinha manifestação muito significativa conduzida pela UMC, também, por outras organizações, mas a UMC era a liderança sempre”.

O depoimento de Grace Vitorino demonstra que a União das Mulheres foi representativa, no tocante ao combate à violência contra mulher, sendo a principal liderança/organização a levar esse debate adiante e com visibilidade. Acerca disso, podemos perceber que, mesmo com divergências, o papel de atuação da instituição foi

relevante para o avanço de demandas e discussões feministas. Compreendemos que os feminismos devem ser encarados na sua pluralidade. De acordo com Tiburi (2018, p.28) “não podemos reduzir o feminismo à discussão de gênero e sexualidade sem ligação direta com a questão das classes sociais – também a da raça e, acrescento eu, a da plasticidade”.

A citação da autora nos diz que o debate feminista precisa estar conectado a outras pautas de discussão. Mais uma vez, discutimos com a perspectiva de interseccionalidade, na qual o debate é entrecruzado por gênero, classe e raça, assim sendo, compreendemos que o diálogo, estabelecido pela UMC, pode ter sido uma tentativa de agregar diferentes discussões em torno da mesma instituição. Mas, ao mesmo tempo, a tentativa de abordar variadas pautas ocasionou disputas. Nesse campo da experimentação, no qual as mulheres estavam se inserindo, que era o local público da política, esses conflitos ocasionaram divergências das mais diferentes ordens, no que tange os feminismos, mas também, as chamadas “pautas gerais”. A assertiva de Tiburi (2018) nos convida a pensar que os feminismos abrangem pautas das mais diversas, todavia, conectadas, que se relacionam entre si.

Compreendemos que as disputas nos feminismos de Segunda Onda, que ocorreram no Ceará, deram-se por causa da reivindicação dos espaços de discussão, os quais eram ocupados por grupos hegemônicos, ou seja, os conflitos surgiram em busca do lugar de fala, que tinha como premissa expor as demandas feministas do ponto de vista de diferentes mulheres. Nessa busca de diálogos constantes, nos quais os feminismos se inserem, as divergências, também, podem ocorrer. De acordo com Tiburi (2018, p. 46): “Diálogo é um movimento entre presenças que diferem entre si. O feminismo é, nesse sentido, uma utopia concreta, em que o enlace entre política e ética orienta-se em defesa da singularidade das pessoas”. Percebemos que uma das bases que constituem os feminismos, segundo a autora, é o diálogo que se estabelece a partir das individualidades de quem os compõe, todavia, esse espaço de debate, também, acarretou/acarreta disputas.

O caso da UMC, no Ceará, foi um dos exemplos em que esse campo dialógico ganhou contorno dos mais variados, desde a adesão de diferentes mulheres, o

que permitiu a interseccionalidade, mas também, os antagonismos que emergiram desse debate. Não é surpreendente que esses conflitos apareçam nessas entidades, nesses movimentos, porque o exercício de dialogar exige tanto um lugar de fala, mas também, um lugar de escuta, aliás, o lugar de fala só existe, de fato, se houver um lugar de escuta. Segundo Tiburi (2018, p. 56): “A escuta é um elemento prático no processo político que precisa ser experimentado com urgência, sobretudo pelos sujeitos que detêm o privilégio da fala”. Logo, dentro dessas organizações feministas, tais como a UMC, a dialogicidade foi fator relevante e precisou ser exercida, todavia, nos casos em que houve falha, algumas divergências foram acentuadas e provocaram a saída de algumas participantes da organização.

Notamos que as dissidências aconteciam por diferenças de ideias na forma pela qual as demandas eram conduzidas, nos discursos que eram apresentados, segundo Gace Vitorino (entrevista, 08 de março de 2019): “Aparecia nos discursos, na luta por hegemonia, permanentemente, só não aparecia, muitas vezes, em questão de encaminhamento, mas discursos apareciam, às vezes, era uma bobagem a divergência”. Na narrativa exposta por Grace Vitorino, percebemos as nuances das disputas a partir do discurso, o qual se colocava, muitas vezes, de forma hegemônica, o que causava as fissuras dentro do movimento, mas observamos, também, que as incompatibilidades poderiam surgir de forma sutil, de acordo com Grace Vitorino, por “bobagem”, todavia, ressaltamos que, no campo da disputa política, qualquer discurso pode ganhar proporções consideráveis, mesmo que ele se inicie de maneira tímida.

Contudo, o aparecimento desses novos discursos, que foram decorrentes dessas disputas, pode ter auxiliado na construção da pluralidade dos feminismos cearenses, levando-se em consideração a assertiva de Tiburi (2018, p. 42): “O feminismo se inventa e reinventa a cada vez que surge uma nova feminista, a cada vez que surge um novo coletivo, a cada vez que as feministas produzem o feminismo que desejam”. Conforme a autora, os feminismos de cada uma entram em contato com os outros feminismos possíveis, criando uma diversidade ao movimento a partir das singularidades. É a ideia de uma relação dialética, na qual o particular e o comum se entrelaçam.

Essa movimentação, feita pelos feminismos, dialoga com a ideia de aliança, o que nos lembra Butler (2018, p. 79): “uma política de aliança requer uma ética de coabitação”. Para a autora, a ideia dos corpos em aliança converge com o sinônimo de convivência, no qual os diferentes sujeitos, nas suas singularidades, possam coexistir na pluralidade. Retomamos a discussão do entrecruzamento entre o particular e o geral, abordado por Tiburi, em que o feminismo é capaz de conversar com essas perspectivas adversas e agregar a sua constituição enquanto movimento. Ainda de acordo com Tiburi (2018, p. 45): “O feminismo é um espaço-tempo, no qual habitam a multiplicidade dos corpos em relação não violenta”. Ou seja, é a ideia concreta da coabitação, em que esses corpos em aliança almejam construir um novo modelo de sociedade, na qual a diferença e/ou a pluralidade não são encaradas como fatores que causam divergência numa ótica de intolerância. Dessa forma, percebemos que as disputas, na UMC, aconteceram de forma semelhante em outros coletivos, mas, isso não impediu que a organização construísse um campo fértil, o qual permitiu o diálogo feminista, no Ceará, e colaborou para a promoção desse debate.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. In: **Corpos em aliança e política das ruas**. Notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 75-109.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Tese (Doutorado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

DUARTE, A. R. F; LUCAS, M. R. L. **As Mobilizações do Gênero pela Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2014.

MAHEIRIE, Kátia. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **Interações**, São Paulo, v.07, n.13, p.31-44, jan./jun.2002.

PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011.

\_\_\_\_\_. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 26, núm. 52, dez.2006, p. 249-272.

\_\_\_\_\_. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. **História**, São Paulo, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

PINSKY, C.B; PEDRO, J. M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.15, p. 13-33, abr.1997.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente? **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev.1997.

SILVA, G. M. Mulheres operárias na Argentina e no Brasil: uma análise de jornais da década de 1970. In: PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina, Mulheres, 2011, p.165-189.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, C.B; PEDRO, J. M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p.218-237.

SCOTT, Joan W. Gênero uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.02, p.71-99, jul./dez.1995.

VITORINO, Grace Trocolli. **Feminismo e Pós-feminismo**: a dupla tessitura das relações de gênero. 1994, recurso impresso, (157 p.). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades I, CE, 1994.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018, 7º ed.